

Inquérito Civil n. 06.2018.00002287-5

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, por seu Promotor de Justiça, doravante denominado **COMPROMITENTE**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, e **LUIS MEWES**, brasileiro, casado, agricultor, portador do RG n. 3.243.580, inscrito no CPF sob o n. 903.127.599-91, residente e domiciliado na Estrada Geral, sn, Bairro Ribeirão Taquaras, Ibirama/SC, doravante denominado **COMPROMISSÁRIO**, nos autos do Inquérito Civil n. 06.2018.00002287-5, autorizados pelo artigo 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85 e:

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, aí incluída a moralidade administrativa (art. 129, III, da Constituição da República Federativa do Brasil);

CONSIDERANDO que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (art. 225, caput, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que compete ao Poder Público, no cumprimento desse dever, exigir, na forma da lei, o Licenciamento Ambiental para atividades efetiva ou potencialmente degradadoras do meio ambiente, bem como preservar os espaços especialmente protegidos, tais como áreas de preservação permanente, reservas legais e unidades de conservação (art. 225, §1º e incisos, da CF);

CONSIDERANDO que as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas e jurídicas, às

sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados (arts. 2º e 3º da Lei nº 9.605/98);

CONSIDERANDO que ao Ministério Público foi conferida legitimidade para a propositura de ação de responsabilidade civil e criminal por danos causados ao meio ambiente, em razão do descumprimento da legislação ambiental em vigor (art. 14, § 1º, da Lei nº 6.938/81);

CONSIDERANDO a Lei nº 6.938/1981, a qual dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente em seu artigo 2º, inciso VIII, que: "A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos os seguintes princípios: [...] VIII - recuperação de áreas degradadas; [...]";

CONSIDERANDO que a Lei 6.938/1981, em seu art. 3º, inciso I, define como meio ambiente "o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas";

CONSIDERANDO que poluidor ou causador é a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental (art. 3º, IV, da Lei nº 6.938/1981);

CONSIDERANDO que toda propriedade, de domínio público ou privado, deve manter preservadas as áreas de preservação permanente, respeitando o preceito constitucional da função socioambiental da propriedade;

CONSIDERANDO que a intervenção ou supressão de vegetação nativa em área de preservação permanente só é possível nas hipóteses de utilidade pública, interesse social ou de baixo impacto ambiental (art. 8º, caput, da Lei n. 12.651/12);

CONSIDERANDO a Resolução CONSEMA nº 128/2019, a qual define ações e atividades consideradas como eventuais e de baixo impacto ambiental para intervenção em Área de Preservação Permanente para Santa Catarina;

CONSIDERANDO o item 13 da Resolução CONSEMA nº 128/2019,

a qual prevê a possibilidade de se realizar pequenas canalizações ou tubulações de cursos d'água em área urbana, com no máximo 100 m (cem metros) lineares de extensão entre trechos já tubulados ou canalizados;

CONSIDERANDO que tal intervenção, segundo a Resolução CONSEMA nº 128/2019, trata-se de uma atividade licenciável, sob o código "33.13.07 – Canalização de cursos d'água" ou sob o código "33.13.28 – Canalização ou tubulação de cursos d'água em área urbana, em no máximo 100 m (cem metros) lineares de extensão entre trechos já tubulados ou canalizados";

CONSIDERANDO que no caso em apreço, averiguou-se através de estudo hidrogeológico do local que a linha de drenagem existente junto ao imóvel do compromissário corresponde a um curso d'água, contudo, por ter sido canalizado em metragem inferior a 100 metros, é considerada atividade de baixo impacto, logo, passível de licenciamento ambiental junto ao Órgão Ambiental competente;

RESOLVEM formalizar, neste instrumento, termo de compromisso de ajustamento de condutas, mediante as seguintes cláusulas:

DO OBJETO

CLÁUSULA 1: Este termo de ajustamento de condutas tem como objetivo a regularização da canalização do curso d'água existente no imóvel do compromissário, a qual é considerada atividade de baixo impacto pela sua metragem ser inferior a 100 metros.

DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER

CLÁUSULA 2: O COMPROMISSÁRIO compromete-se, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da assinatura do presente termo, a formalizar processo administrativo de licenciamento ambiental junto ao Instituto do Meio Ambiente utilizando os códigos de atividade "33.13.08 – Canalização de cursos d'água" e "33.13.28 – Canalização ou tubulação de cursos d'água em área urbana, em no máximo 100 m (cem metros) lineares de extensão entre trechos já tubulados ou canalizados".

Parágrafo primeiro: O COMPROMISSÁRIO assume o compromisso

de cumprir todas as exigências legais feitas pelo IMA para concessão do licenciamento nos prazos estabelecidos pelo órgão ambiental.

Parágrafo segundo: Após finalizar o licenciamento ambiental, o COMPROMISSÁRIO comprovará sua realização, encaminhando cópia da licença ambiental a ser emitida pelo Instituto do Meio Ambiente, no prazo de 10 (dez) dias após a regularização.

DA INEXECUÇÃO

CLÁUSULA 3: A inexecução do presente compromisso pelo COMPROMISSÁRIO e a inobservância a quaisquer dos prazos e obrigações fixados, exceto por motivos de força maior ou caso fortuito formal e devidamente justificados pelo COMPROMISSÁRIO ao Ministério Público Estadual, facultará a este, decorridos os prazos previstos, iniciar a imediata execução do presente título, além de medida judicial para imediata remoção da tubulação existente no imóvel localizado na Rua Marquês do Herval, n. 3684, Nova Stettin, Ibirama – SC;.

CLÁUSULA 4: O descumprimento de quaisquer das cláusulas anteriores, exceto por motivos de força maior ou caso fortuito, formal e devidamente justificados ao Ministério Público Estadual, sujeitará o inadimplente, na medida de sua responsabilidade, ao pagamento de multa diária correspondente a R\$ 500,00 (quinhentos reais) – exigível enquanto perdurar a violação, cujo valor será atualizado de acordo com o índice oficial, desde o dia de cada prática infracional até o efetivo desembolso, a ser revertida para o Fundo para Reconstituição dos Bens Lesados (FRBL), sem prejuízo da aplicação de penalidades administrativas dos órgãos ambientais competentes.

Parágrafo primeiro – A multa estipulada nesta cláusula será Revertida ao Fundo para Reconstituição dos Bens Lesados, cujo valor deverá ser pago em espécie mediante boleto bancário.

Parágrafo segundo – Para a execução da referida multa e tomada das medidas legais pertinentes, será necessário tão somente relatório, auto de constatação ou de infração, ou documento equivalente lavrado pelos órgãos ambientais fiscalizadores.

Parágrafo terceiro – O valor da multa incidirá de forma

independente para cada obrigação detalhada nas cláusulas deste instrumento, que porventura venham a ser descumpridas.

Parágrafo quarto – O descumprimento das obrigações assumidas neste Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta poderá ensejar, além da incidência e cobrança da multa respectiva, a execução específica das obrigações assumidas.

DAS CONDIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA 5: O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA compromete-se a não utilizar os instrumentos jurídicos cabíveis em desfavor do COMPROMISSÁRIO, no que diz respeito aos itens ajustados, caso estes sejam devidamente cumpridos, bem como a fiscalizar o cumprimento do presente Termo de Ajustamento de Conduta.

CLÁUSULA 6: Este título executivo não inibe ou restringe de forma alguma as ações de controle, monitoramento e fiscalização de qualquer órgão ou entidade fiscalizatória, nem limita ou impede o exercício, por eles, de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares.

CLÁUSULA 7: As partes poderão rever o presente ajuste, mediante termo aditivo, o qual poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objetivo o seu aperfeiçoamento e/ou se mostrem tecnicamente necessárias.

CLÁUSULA 8: O presente termo entra em vigor na data de sua celebração e terá prazo indeterminado.

CLÁUSULA 9: As partes elegem o foro da Comarca de Ibirama-SC para dirimir controvérsias decorrentes do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC).

E, por estarem assim compromissados, firmam este Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta em duas vias de igual teor e forma, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, na forma art. 5º, §6º, da Lei nº 7.347/85, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Ficam, desde já, os presentes cientificados de que o Inquérito Civil n. 06.2018.00002287-5, em decorrência do TAC celebrado, será arquivado e

encaminhado ao Conselho Superior do Ministério Público para devida apreciação, dispensando nova notificação, bem como de que será instaurado na 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ibirama procedimento administrativo para o devido acompanhamento do cumprimento das cláusulas aqui firmadas.

Ibirama, 14 de julho de 2022.

GUILHERME BRODBECK
PROMOTOR DE JUSTIÇA

Luis Mewes
COMPROMISSÁRIO